



## MUNICÍPIO DE CUBA

### CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 59

(Quadriénio Autárquico 2021/2025)

10-01-2024

*Handwritten signatures in blue ink:*  
1. Top signature (unclear)  
2. Second signature (unclear)  
3. Third signature: *Helena*  
4. Fourth signature (unclear)  
5. Fifth signature (unclear)

Aos dez dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, João Manuel Casaca Português, realizou-se a quinquagésima nona reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Filipe Domingos Candeias Chora, Jorge Manuel Rolim Caixeiro, Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano e Hugo Miguel das Dores Soudo. -----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Divisão de Ambiente, Ordenamento, Desenvolvimento e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação. -----

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

*Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico).* -----

Não se registaram intervenções. -----

-----  
BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 9 DE JANEIRO DE 2024: 135 788,53.  
-----

-----  
ORDEM DO DIA: -----

**1. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E JUVENIL DE VILA RUIVA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO.** -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 160/2023, SA, da autoria do Coordenador Técnico José Roque, cujo conteúdo se transcreve: -----

“Solicita a Associação Cultural e Juvenil de Vila Ruiva, a emissão de uma licença especial de ruído para a realização de uma festa de Passagem de Ano, no horário compreendido entre as 20,30h do dia 31 e as 6,00h do dia 1 de Janeiro de 2024, que decorrerá no Centro Cultural de Vila Ruiva. -----






Relativamente à licença de ruído, de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 15.º do DL 9/2007, de 17/01, na redação do DL 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. -----

Quanto à isenção do pagamento das taxas, refere o n.º 2, alínea a) do art.º 5 do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, *“poderão estar isentos de taxas ou beneficiar de uma redução até 50% mediante deliberação fundamentada da Câmara Municipal: As associações humanitárias, culturais, religiosas, recreativas, desportivas e de desenvolvimento local, desde que legalmente constituídas, pelas atividades que se destinem direta e imediatamente à realização dos seus fins estatutários; ou, nos termos do n.º 4 cujas “isenções e reduções são concedidas por deliberação da Câmara Municipal, oficiosamente quando reconheça o interesse municipal da atividade ou mediante requerimento dos interessados, devidamente instruído e fundamentado.”* -----

O valor das taxas sobre o qual incide o pedido de isenção é de € 19,05. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autorizou a emissão da licença especial de ruído e a redução a 50% do valor das taxas devidas com a sua emissão. -----



A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

## **2. ANTÓNIO MANUEL DOS REIS RAMOS. PEDIDO DE EMISSÃO DE 3 LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO.** -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 161/2023, SA, da autoria do Coordenador Técnico José Roque, cujo conteúdo se transcreve: -----

*“Solicita o Sr. António Manuel dos Reis Ramos, a emissão de 3 (TRÊS) licenças especiais de ruído para a realização de uma festa de Natal, de acordo com a tradição cigana, no horário compreendido entre as 21,00h e as 2,30 horas dos dias 22 para 23, de 23 para 24 e de 24 para 25 de dezembro, que decorrerá nos casões do Sr. Mário Tação, antiga oficina do Mestre Chico, na Rua Constantino Taborda Moraes, em Cuba.* -----

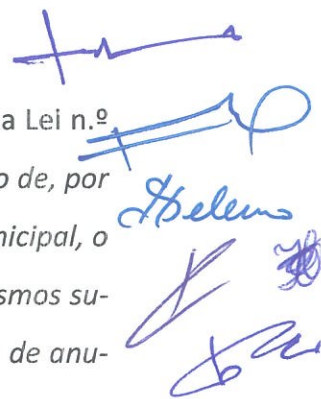
Relativamente à licença de ruído, de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 15.º do DL 9/2007, de 17/01, na redação do DL 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. -----

O valor das taxas a cobrar é de € 57,15. -----

Atendendo à proximidade da data do evento, pode o Presidente da Câmara fazer uso do disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, e remeter o despacho a que houver lugar para ratificação na próxima reunião de Câmara de 10 de janeiro de 2024. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autorizou a emissão das licenças especiais de ruído até às 2 horas. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

Handwritten signature in blue ink, with a blue circular stamp containing the word 'Helema' and a small emblem.

### **3. DESCABIMENTAÇÃO DE VERBA DESTINADA A APOIO AO ARRENDAMENTO À MUNÍCIPE LÍDIA PACHECO.** -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 38/2023, SASS, da autoria da Dr.ª Ana Baião, cujo conteúdo se transcreve: -----

*“De acordo com a deliberação de câmara na sua reunião ordinária de 15 de março de 2023, foi atribuído à munícipe Lídia Pacheco, apoio ao arrendamento, no valor de 50,00€ mensais, cujo cálculo foi efetuado conforme alínea 3), do art.º 9, do Regulamento “Cuba + Social.* -----

Por incumprimento do plano prestacional, a Sr.ª Lídia Pacheco não beneficiou durante o ano de 2023 do referido apoio, pelo que, vem o Serviço de Ação Social e Saúde propor que os Serviços Financeiros efetuem a descabimentação da verba cativa para o pagamento do apoio ao arrendamento à munícipe Lídia Pacheco até 31 de março de 2024. Face ao atrás exposto, cumpre-me concluir: -----

Tratando-se de uma situação urgente e excecional e não sendo possível reunir extraordinariamente a Câmara, pode o Presidente decidir favoravelmente, sendo o seu despacho sujeito a ratificação na reunião de Câmara de 10 de janeiro de 2024, nos termos do n.º 3 do artigo 35º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autorizou a descabimentação da verba de acordo a proposta vertida na presente informação. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----



-----

**4. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE DÍVIDA AO MUNICÍPIO POR PARTE DE BENEFICIÁRIOS DE APOIOS SOCIAIS DIVERSOS – CARTÃO SOCIAL, MÊS DE SETEMBRO DE 2023. -----**

Foi presente à Câmara a informação n.º 39/2023, SASS, da autoria da Dr.ª Dulce Vasco, cujo conteúdo se transcreve: -----

“No seguimento da informação que tem vindo a ser prestada à Câmara Municipal, pelo Serviço de Ação Social e Saúde, no que se refere à situação de dívida ao Município por parte dos beneficiários de Apoios Sociais Diversos - Cartão Social, vem o SASS atualizar esta informação. -----

A informação relativa a este tema fundamenta-se no previsto no número 4, do Art.º 3.º do Regulamento Cuba + Social, designadamente onde se refere que os beneficiários dos apoios sociais previstos neste Regulamento *Não sejam devedores de qualquer quantia ao Município, exceto no caso de existir um acordo de pagamento de dívida em prestações que esteja a ser cumprido.* -----

Em relação ao tema em questão, cumpre-nos lembrar que, por articulação entre o SASS e o Serviço de Taxas e Licenças, esta análise é feita no final de cada mês, sendo condição de atribuição dos apoios previstos no Cartão Social para o mês seguinte. Sublinha-se ainda que o SASS, consciente das dificuldades económicas e dos diversos desafios que as famílias enfrentam, mantém sobre esta matéria uma postura de constante suporte e apoio, não descurando o estímulo ao cumprimento das responsabilidades por parte dos beneficiários. -----

De acordo com o que sobre esta matéria ficou previamente definido, ficou determinado que o SASS deveria mensalmente informar sobre o seguinte: -----

1º Cumprimento do dever de inexistência de dívidas à Câmara por parte dos 23 agregados familiares beneficiários que têm apoio ao arrendamento; -----

2.º - Cumprimento do dever de inexistência de dívidas à Câmara por parte dos agregados familiares que viram aprovados acordos de pagamento; -----

3.º - Análise, por amostragem aleatória mensal, da não existência de dívida ao município por parte de 10 (dez) dos 124 agregados familiares beneficiados; -----

Uma vez que os beneficiários de Cartão Social que mantêm uma situação de dívida ao Município são em pequeno número, e para facilitar a tomada de conhecimento sobre

a situação, apresenta-se de seguida a listagem global dos beneficiários que permanecem em situação de dívida, da qual o Executivo tomou conhecimento e que, para cumprimento do disposto no RGPD não se divulga ficando anexa à presente ata. -----

Mais se informa que todos os outros beneficiários cuja situação foi analisada de acordo com o previsto nos pontos 1.º, 2.º e 3.º estão em situação regular. -----

Pelo exposto, deve V. Ex.ª, Sr. Presidente, no âmbito da competência própria em matéria de estabelecimento da ordem do dia das reuniões, consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que o Órgão Executivo possa tomar conhecimento sobre a informação apresentada.” -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**5. TRANSFERÊNCIA DOS EQUIPAMENTOS DA CANDIDATURA “PROTEÇÃO CONTRA RISCOS DE INCÊNDIOS” PARA PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CUBA – TRANSFERÊNCIA DA CONTRAPARTIDA PÚBLICA DE 15% PARA A CIMBAL. -----**

Foi presente à Câmara a informação n.º 322/2023, GMPC, da autoria do Dr. José Borraça, cujo conteúdo se transcreve: -----

“O Município de Cuba no âmbito da candidatura “Proteção Contra Riscos de Incêndios” submetida pela Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo ao Aviso ALT20-14-2019-47 efetivou a aquisição de um Biotriturador/estilhaçador de diâmetro triturável 170mm de tomada de força, duas motorroçadoras tipo 1 (trabalhos regulares) e três motorroçadoras tipo 2 (trabalhos florestais) (vide doc.1). -----

Em virtude da aquisição e entrega dos equipamentos acima referenciados junto do Município encontrando-se os mesmos a laborar, é neste sentido que possamos formalizar a transferência formal de propriedade dos equipamentos da CIMBAL para o Município de Cuba conforme pretensão da Deliberação n.º 114 da CIMBAL (vide doc.1). -----

Mais informo que a candidatura apresenta uma taxa de cofinanciamento de 85% FEDER cabendo os restantes 15% da verba a liquidar pelo Municípios junto da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL) cabendo ao Município de Cuba lugar ao pagamento de 3.202,99€ (três mil duzentos e dois euros e noventa e nove cêntimos) valor este já com IVA à taxa legal em vigor junto da CIMBAL respeitante à taxa de comparticipação da candidatura acima enunciada sobre os equipamentos adquiridos. -----



A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta nos termos e fundamentos da presente informação. -----

**6. INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 1.º SEMESTRE DE 2023.** -----

Foi presente à Câmara a informação da autoria da empresa Oliveira, Reis e Associados, SROC, Lda, cujas conclusões se transcrevem: -----

- Deverá ser dada continuidade aos procedimentos de análise e inventariação do património dos bens do imobilizado do Município e ao seu correto registo informático, de forma a determinar os valores patrimoniais atualizados para posterior contabilização. Após este procedimento, devem ser atualizadas as depreciações de todos os bens e respetivas imputações de subsídios;
- Relativamente às obras em curso incluídas no Ativo Fixo Tangível, recomendamos a continuação do trabalho realizado no decorrer dos exercícios anteriores, devendo ser efetuado um levantamento exaustivo dessas empreitadas de modo a averiguar se estão concluídas ou se estão prontas a ser utilizadas. A partir do momento em que uma obra passa a ter utilização, deverá ser transferida para imobilizado firme e devem ser calculadas as respetivas depreciações.
- Deverá ser dada continuidade aos procedimentos de análise relacionados com a aplicação na sua plenitude a NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente.
- Deve ser dada continuidade aos trabalhos de adaptação à NCP 27 – Contabilidade de Gestão.
- O princípio contabilístico da especialização (ou do acréscimo) não foi aplicado na totalidade na informação constante do balancete que serviu de base a este trabalho. O Município deve criar mecanismos para garantir o cumprimento do princípio da especialização ao longo do exercício.
- No âmbito da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e respetivos diplomas setoriais, foram transferidas para o Município competências em diversas áreas como, por exemplo, a área da educação. No âmbito das referidas transferências de competências foram também transferidos para a titularidade do Município determinados equipamentos que ainda estão pendentes de inventariação e registo por limitação à informação disponível. Recomendamos que o Município conclua a referida inventariação e proceda aos registos contabilísticos necessários.

A Câmara tomou conhecimento. -----

**7. CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO GUADIANA INTERIOR. PEDIDO DE LICENCIAMENTO. CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DO BALCÃO DE CUBA DA CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO GUADIANA INTERIOR RUA DA REPÚBLICA, LOTE 3, EM CUBA.** -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 31/2023, UAOU, da autoria do Arq.º Helder Caseiro, cujo conteúdo se transcreve: -----

“Na sequência da nossa anterior informação, foram agora apresentados os elementos instrutórios em falta. -----

Face ao exposto, para efeitos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), regulado actualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, propõe-se o deferimento do projecto. -----

Mais se informa, que em caso de deferimento, deverá a requerente de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do RJUE, apresentar no prazo de 6 meses a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação do Serviço de Urbanismo, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----

**8. EMPREITADA DE REABILITAÇÃO URBANA DA RUA 1.º DE MAIO, EM CUBA: PLANO DE SINALIZAÇÃO REFERENTE AO TROÇO DA RUA 1.º DE MAIO – PREPARAÇÃO DO ACESSO À PASSAGEM DE NÍVEL FERROVIÁRIO.** -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 2/2024, GMPC, da autoria do Dr. José Borracha, cujo conteúdo se transcreve: -----

“Na sequência da análise cuidada do Plano de Sinalização remetido pelo empreiteiro Francisco Charneca Pinto & Filhos, LDA, responsável pela Empreitada de Reabilitação Urbana da Rua 1º de Maio em Cuba – 3ª Fase de intervenção que compreende o troço da Rua 1º de Maio entre a interseção com a Rua das Freiras e Rua da Esperança zona adjacente à Passagem de Nível Ferroviária que irão decorrer trabalhos de construção civil ao nível do pavimento e, enquanto Coordenador de Segurança da Obra (CSO), venho por este meio validar o respetivo documento em virtude de contemplar as informações pertinentes relativas ao normal funcionamento dos trabalhos propondo, assim, a sua aprovação. -----



De notar que a previsão de condicionamento do tráfego rodoviário decorrerá entre os dias 08 e 12 de janeiro do corrente ano, ficando impedido o acesso de veículos automóveis à pela Passagem de Nível Ferroviário sendo que, em caso de existir a necessidade de prorrogação do prazo o mesmo será comunicado atempadamente a fim de ser validado em tempo oportuno. -----

Como complemento à informação, será informada as Infraestruturas de Portugal no sentido de manter a Passagem de Nível encerrada durante a realização dos trabalhos em questão. -----

Mais informo que, mediante o normal desenvolvimento dos trabalhos inerentes à Empreitada, sempre que se justifique alterações a nível da circulação rodoviária nomeadamente com a abertura parcial da via intervencionada por se tratar de uma artéria principal no acesso à vila de Cuba, a mesma será objeto de avaliação e ajustes ao plano apresentado para o efeito. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que aprovou o Plano de Sinalização nos termos propostos na presente informação. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

**9. ARPICUBA – ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES A TÍTULO GRATUITO – REALIZAÇÃO DE LANCHE CONVÍVIO DOS REFORMADOS.** -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 1/2024, SA, da autoria da Assistente Técnica Lucinda Galandim, cujo conteúdo se transcreve: -----

*“Solicita a Associação de Reformados Pensionistas e Idosos “ARPICUBA”, a cedência do Pavilhão de Exposições, a título gratuito, para a realização de um lanche convívio no dia 6 de janeiro do presente ano.* -----

Também solicitam mesas e cadeiras, pratos, garfos e facas para 80 pessoas e ainda um

assador de carne. -----

Isenção do pagamento das taxas – Refere o n.º 2 do art.º 5 do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, poderão estar isentos de taxas ou beneficiar de uma redução até 50% mediante deliberação fundamentada da câmara as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa. -----

Atendendo à proximidade da data do evento, pode o Presidente da Câmara fazer uso do disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina: *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, e remeter o despacho a que houver lugar para ratificação na próxima reunião de Câmara de 10 de Janeiro de 2024. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autorizou a cedência a título gratuito. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

**10. ANA GERTRUDES SEROL SOUDO. VISTORIA AO ABRIGO DO ARTIGO 89.º E SEGUIN-  
TES DO RJUE - PRÉDIO VIZINHO EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO. LARGO DO AL-  
MEIDA, 2 E RUA ÁLVARO CASTELÕES, 12, EM CUBA. -----**

Foi presente à Câmara a informação n.º 6403/2023, UAOU/SO, cujo conteúdo se transcreve: -----

Na sequência de reclamação da proprietária do prédio sito no Largo do Almeida, 2 em Cuba, relativamente ao prédio contíguo, com o n.º 12 da Rua Álvaro de Castelões, sobre danos causados na sua habitação, realizou-se vistoria no dia 26/10/2023 pelas 10h30m, ao abrigo do disposto no artigo 89.º e seguintes do RJUE, regulado actualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro. No acto da vistoria estiveram presentes, a reclamante, o representante do proprietário e o locatário do prédio sito na Rua Álvaro



Castelões n.º 12; -----

De acordo com o disposto no n.º2 do artigo 89.º do RJUE, a Câmara Municipal pode a  
todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar  
a execução de obras de conservação necessárias à correcção de más condições de se-  
gurança ou de salubridade. Na presente situação a vistoria é realizada na sequência de  
requerimento da proprietária do prédio vizinho, que se sente prejudicada pelo estado  
de conservação do prédio contíguo, sendo referida a existência de uma Hera (trepadeira)  
na empena do prédio que "já entrou na sua casa"; -----

Verificou-se que efectivamente, existe uma hera no logradouro da habitação do Sr. Sardinha (prédio da R. Álvaro Castelões n.º12) que ocupa quase toda a extensão da empena do prédio da reclamante, e que dada a sua propagação, já atinge o remate do telhado. No logradouro (antiga travessa pública) da casa verifica-se ainda a proliferação de vegetação espontânea, e de acumulação de detritos de diversa natureza. Não obstante a necessidade de limpeza ou derrube da trepadeira da empena, da limpeza geral do espaço exterior, e respectiva consolidação do revestimento da parede e do remate superior do telhado, a habitação da Rua Álvaro Castelões, n.º12, apresenta um muito preocupante estado de conservação, que põe em risco o locatário do prédio. A situação do habitante da casa é deveras preocupante, tendo já sido sinalizada pelos serviços sociais da autarquia. Para além do imóvel não possuir as condições mínimas de habitabilidade, as patologias construtivas verificadas, são de grande extensão, porquanto a falta de solidez estrutural e de grande parte da cobertura da habitação, tendem a agravar-se com o passar dos anos, configurando uma situação que carece de atenção do ponto de vista da salubridade, solidez e segurança gerais da edificação com consequências directas para o ocupante; -----

Por esse facto, e atendendo ao disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), na redacção actual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, em articulação com o disposto no n.º 8 do artigo 90.º do mesmo diploma, em face do risco eminente de derrocada da restante área, e para obviar consequências de maior expressão sugere-se uma intervenção imediata do proprietário, num prazo não superior a 40 dias para a realização dos trabalhos que deverão incidir em primeira instância sobre a desmatagem, limpeza e transporte a vazadouro do mate-

rial resultante, a consolidação das paredes/empenas e do remate do telhado em contacto com os prédios vizinhos, a execução de obras gerais de conservação do telhado e dos vãos exteriores, bem como da consolidação e reabilitação dos rebocos exteriores de todo o imóvel. -----

Sem prejuízo de poder ser promovido projecto de reconstrução ou de uma intervenção mais vasta, haverá que assegurar nesta fase, após a limpeza dos escombros e do lixo depositado no logradouro, a promoção de obras de reabilitação do imóvel, com especial incidência na cobertura, nas paredes estruturais e nos vãos exteriores, e ainda a consolidação da empena posterior em comunicação com o prédio da reclamante. ----  
Mais se informa que para efeitos do disposto no artigo 91.º do RJUE, se o proprietário não iniciar as obras que lhe sejam determinadas nos termos do artigo 89.º, pode a câmara municipal tomar posse administrativa do imóvel para lhes dar execução imediata, sendo aplicável à execução coerciva das obras, o disposto nos artigos 107.º e 108.º do RJUE, com as devidas adaptações. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou notificar o proprietário para, no prazo de 40 dias, dar cumprimento ao determinado na presente informação que consubstancia o Auto da Vistoria. -----

#### **11. PROPOSTA DE ALIENAÇÃO DE EQUIPAMENTO SOB PRESSÃO: RESERVATÓRIO DE GPL. -----**

Foi presente à Câmara a informação n.º 1/2024, SAD, da autoria da Dr.ª Célia Escrevente, cujo conteúdo se transcreve: -----

“O Município de Cuba é proprietário de um equipamento sob pressão, mais concretamente de um reservatório de Gás de Petróleo Liquefeito, situado na Escola Básica Fialho de Almeida. Para manter este equipamento de acordo com os preceitos legais, será necessário desenvolver um novo processo de licenciamento, o que implica uma série de intervenções que acarretam custos avultados para o Município. -----

Desta forma, considerando o grau de especificidade técnica que a manutenção deste equipamento pressupõe, bem como o impacto financeiro que estes procedimentos implicam, parece-nos mais conveniente para o Município ceder a propriedade do reservatório do que mantê-lo em sua posse. -----



Mais se informa que, de acordo com o procedimento por Consulta Prévia n.º 20/2023 - Fornecimento de Gás de Petróleo Liquefeito (GPL), a Granel, para o Campo de Jogos Dr. Augusto Amado Aguilar/Piscinas Municipais e o Pavilhão Desportivo/EBI de Cuba, a empresa fornecedora de GPL é a Repsol Gás Portugal, Unipessoal Lda, com o NIPC 507039440 e sede na Av. José Malhoa, 16. 1099-091 Lisboa, pelo que será a entidade melhor colocada para passar a ser detentora da propriedade deste equipamento, tendo já manifestado interesse nesse procedimento. -----

Sobre esta matéria, compete à Câmara Municipal *alienar bens móveis*, situação consagrada na alínea cc) do n.º 1 do Art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Os Vereadores do PS questionaram os valores que estão associados a este procedimento.

Com a anuência do Sr. Presidente da Câmara o Dr. Vitor Fialho informou que o valor da reparação não andarà muito longe do preço da aquisição pelo que não se justifica essa reparação passando a partir deste momento, a empresa ser responsável pelos custos inerentes à manutenção e licenciamento do equipamento.

A Câmara, por unanimidade, deliberou ceder a propriedade do reservatório de GPL situado na Escola Básica Fialho de Almeida, à empresa Repsol Gás Portugal, Unipessoal Lda, com o NIPC 507039440 e sede na Av. José Malhoa, 16. 1099-091 Lisboa, atual fornecedora de GPL para os equipamentos do Município, passando a partir desse momento, a ser responsável pelos custos inerentes à manutenção e licenciamento do equipamento. -----

## **12. ASSOCIAÇÃO GALGUEIRA DE CUBA. PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO.** -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 4/2024, SA, da autoria da Assistente Técnica Lucinda Galandim, cujo conteúdo se transcreve: -----

Solicita a Associação Galgueira de Cuba, a emissão de uma licença especial de ruído para a realização de uma corrida de Galgos, a realizar no dia 13 de janeiro, no horário compreendido entre as 10h e as 18,00h desse mesmo dia, no recinto do largo da Feira. Para além do determinado no n.º 2 do DL n.º 9/2007 de 17/01 na redação do DL n.º

278/2007 de 01/08, artigo 15.º, n.º 2, a licença especial de ruído é requerida pelo interessado com a antecedência mínima de 15 dias úteis relativamente à data de início da atividade, deliberou a Câmara de 16/08/12, o seguinte que passo a transcrever: *"deverá a pretensão ser solicitada com pelo menos 15 dias de antecedência, sob pena de ser indeferido liminarmente o pedido que seja apresentado para além desse prazo. Mais, atendendo ao facto dessa pretensão ter que ser articulada com o direito ao descanso dos moradores dos prédios confinantes, conforme determinado na lei e reforçado na última inspeção da IGAL ao Município de Cuba, deverá dar-se a saber aos mesmos destinatários que em regra serão deferidas situações que sejam devidamente fundamentadas e apenas até às 02 horas, sendo que, em casos residuais, por altura de eventos de reconhecido interesse municipal possibilitado o alargamento desse horário. Deverá também reforçar-se junto dos mesmos o facto de que a realização de espetáculo musical em estabelecimento que não esteja licenciado para esse fim precisará sempre de licença de ruído se ocorrer em fim-de-semana e feriados, bem como depois das 20 horas de qualquer dia útil."*



De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto –lei 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município.

Face ao exposto cumpre-me concluir:

Por força das competências que são cometidas ao presidente do órgão executivo do município pela alínea p) do n.º 1 do art.º 68.º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente informação ser remetida à reunião ordinária da câmara municipal que terá lugar no próximo dia 10 de Janeiro de 2024, para que nela possa ser deliberado e submeter à aprovação da referida licença de ruído. A Câmara, por unanimidade, deliberou emitir a licença especial de ruído reduzindo a 50% o valor das taxas a cobrar pela emissão da referida licença.

### **13. CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MULTIUSOS DA MATA. REGRAS E VALORES DAS TAXAS A COBRAR.**

Foi presente à Câmara a informação n.º 2/2024, SA, da autoria da Assistente Técnica



Maria Vargas, cujo conteúdo se transcreve: -----

“Relativamente à cedência do Pavilhão Multiusos da Mata sugere-se, salvo melhor opinião, que: Em face da nova Tabela Remuneratória, sejam atualizados os valores dos escalões de redução das taxas de atribuição do referido espaço aos trabalhadores com vínculo ao município, cuja última alteração foi aprovada por deliberação de câmara de 18/01/2023. -----

No que diz respeito aos valores previstos nos escalões apenas é referido rendimento ilíquido, quanto aos suplementos de carácter permanente e/ou eventual, é de continuar a não fazer constar? À semelhança de outros regulamentos vigentes nesta edilidade, poderá ponderar-se para cálculo dos valores em referência a média do rendimento ilíquido nos últimos três meses. -----

Relativamente ao pedido de cedência por parte dos funcionários para benefício da redução, deverá ser avaliada a extensão desse benefício, nomeadamente a possibilidade de ser requisitado por funcionário para benefício de outros familiares ou não, que não os diretos, bem como utilização para eventos com entradas pagas. -----

Quanto à cedência do pavilhão para entidades a título gratuito, sugere-se que sejam definidos os critérios de atribuição, para eventualmente, não haver utilização indevida por parte dos seus membros e associados. -----

Em anexo, extratos do regulamento, deliberação de câmara e da nova tabela remuneratória, mencionados anteriormente, na parte relevante para o efeito. -----

A Câmara, consciente da pertinência das sugestões aqui apresentadas, deliberou, por unanimidade, determinar aos serviços que na próxima reunião de Câmara apresentem uma proposta concreta com a definição de valores e critérios de atribuição e utilização da infraestrutura por parte de particulares e pessoas coletivas. -----

#### **14. PROPOSTA DE LISTAGENS DE CANDIDATOS ADMITIDOS E EXCLUÍDOS NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES, DE ACORDO COM O PREVISTO NO REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL, EM VIGOR NESTE MUNICÍPIO. -----**

Foi presente à Câmara a informação n.º 2/2024, SASS, da autoria da Dr.ª Célia Escrevente, cujo conteúdo se transcreve: -----

Por deliberação da Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 25/10/2023, foi determinado o desenvolvimento das diligências necessárias para o arrendamento das cinco habitações disponíveis, propriedade do Município, de acordo com o Regulamento para Atribuição de Habitação Social, em vigor. Nessa conformidade, e tendo em conta o número de agregados familiares inscritos e o número de imóveis disponíveis. -----

Foi ainda deliberado que seriam considerados apenas os processos em arquivo, que tivessem dado entrada no Serviço de Ação Social e Saúde até à data dessa reunião do órgão executivo, mais concretamente, no dia 25 de outubro de 2023, não sendo elegíveis os requerimentos entregues após essa data. -----

Determinou-se ainda que o Serviço de Ação Social e Saúde deveria solicitar a atualização dos dados que constem nos requerimentos anteriormente referidos e que procedam à sua análise de acordo com o previsto no Regulamento para Atribuição de Habitação Social, em vigor, adiante designado apenas como Regulamento. Com vista a esta atualização, o Serviço de Ação Social e Saúde, solicitou através de carta registada com aviso de receção, a entrega neste Serviço, até ao dia 24 de novembro (10 dias úteis, contados a partir do 3º dia útil posterior ao registo, de acordo com o previsto na alínea a), n.º 1 do Art.º 112º e do n.º 1 do Art.º 113º do CPA), de novo requerimento atualizado para atribuição de habitação social, que deveria ser instruído com todos os documentos identificados em checklist enviada em anexo. -----

Foram ainda os munícipes notificados de que a não instrução e entrega do requerimento, de acordo com o previsto anteriormente, dentro do prazo apresentado, determinaria a deserção ou arquivamento do pedido e a consequente extinção do procedimento, de acordo com o previsto no Art.º 15º do Regulamento para Atribuição de Habitação Social, em vigor nesta autarquia. -----

Procedeu-se então ao envio de correspondência, nos moldes anteriormente identificados, para os requerentes constantes da lista que não se divulga para cumprimento do determinado no RGPD e da qual o executivo tomou conhecimento. -----

Foram presentes à Câmara várias tabelas que se dão por integralmente reproduzidas ficando anexas aos respetivos processos: -----

Tabela 1: listagem de munícipes cujo requerimento para atribuição de habitação social deu entrada no SASS até 25 de outubro de 2023. -----



Terminado o prazo previsto, verificamos que alguns munícipes, não procederam à atualização dos seus dados nem solicitaram qualquer esclarecimento ao SASS. -----

Tabela 2: listagem de munícipes que não procederam à atualização do requerimento para atribuição de habitação social. -----

Submeteram atualização de dados, dentro do prazo estipulado, alguns munícipes:

Tabela 3: listagem de munícipes que apresentaram que atualizaram os seus dados para efeitos de atribuição de habitação social, dentro do prazo solicitado. Os elementos apresentados foram analisados pelo Serviço de Ação Social e Saúde, de acordo com as condições previstas no Art.º 2.º do Regulamento para Atribuição de Habitação Social, considerando a documentação elencada no número 2 do Art.º 7.º do mesmo Regulamento. -----

Desta análise, destacam-se as seguintes situações condicionantes: -----

Tabela 4: listagem de situações condicionantes relativas aos requerimentos para atribuição de habitação social apresentados dentro do prazo solicitado. -----

- a) A documentação apresentada não permite aferir o tempo de residência no concelho, de acordo com a alínea a) do número 1 do Art.º 2º do Regulamento para Atribuição de Habitação Social;
- b) O requerente reside em habitação arrendada, com ou sem contrato redigido a escrito, o que contraria a alínea b) do número 1 do Art.º 2º do Regulamento citado;
- c) A documentação apresentada não permite identificar a propriedade de veículos, em nome do requerente ou dos elementos do seu agregado familiar, não sendo possível aferir o valor patrimonial destes bens, situação prevista na alínea c) do número 1 do Art.º 2º;
- d) Existe registo criminal, devendo a situação ser analisada de acordo com a alínea d) do número 1 do Art.º 2º;
- e) Não foi possível aferir se o requerente ou algum dos elementos do seu agregado familiar está a usufruir de apoios financeiros públicos para fins habitacionais, situação elencada na alínea f) do número 1 do Art.º 2º;
- f) Não foi apresentada toda a documentação necessária para a correta instrução e análise do requerimento, considerando o previsto no Art.º 2.º e 7.º do Regulamento para Atribuição de Habitação Social em vigor neste Município.

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º Determinar a deserção ou arquivamento do pedido e a consequente extinção do procedimento para os Municípios que não atualizaram o requerimento para atribuição de habitação social, e cuja listagem consta na Tabela 2, de acordo com o previsto nos Art.º 9º e 15º do Regulamento para Atribuição de Habitação Social em vigor nesta autarquia, não existindo neste caso lugar a audiência dos interessados porquanto os municípios em causa não demonstraram interesse no procedimento.

2.º Apreciar a admissão dos requerentes identificados nas Tabelas 3 e 4, considerando as seguintes propostas:

- a) - A documentação apresentada não permite aferir o tempo de residência no concelho, de acordo com a alínea a) do número 1 do Art.º 2º do Regulamento para Atribuição de Habitação Social – propõe-se a admissão dos candidatos, desde que o requerente cumpra o requisito de residir no concelho há mais de dois anos, situação que deve ser aferida através de atestado de residência ou informação, por escrito, da Junta de Freguesia ou outro meio de prova, nomeadamente comprovativo emitido pela Autoridade Tributária ou Segurança Social;
- b) - O requerente reside em habitação arrendada, com ou sem contrato redigido a escrito, o que contraria a alínea b) do número 1 do Art.º 2º do Regulamento citado – propõe-se a admissão dos candidatos, considerando que as habitações em que residem não satisfazem as suas necessidades habitacionais, situação prevista na alínea referida, quer devido ao preço elevado da renda, quer à precariedade da situação de arrendamento, por não dispor de contrato de arrendamento redigido a escrito, quer ainda pelas condições de habitabilidade;
- c) - A documentação apresentada não permite identificar a propriedade de veículos, em nome do requerente ou dos elementos do seu agregado familiar, não sendo possível aferir o valor patrimonial destes bens, situação prevista na alínea c) do número 1 do Art.º 2º - propõe-se a admissão dos candidatos, face à dificuldade de recolha dos meios de prova e consequente determinação do valor patrimonial dos bens móveis, através da entrega do modelo de IUC e, na sua falta, o preenchimento de uma declaração sob compromisso de honra devendo o SASS, nas situações em



que sejam identificados ou reportados sinais exteriores de riqueza do requerente ou de algum dos elementos do seu agregado familiar, apensar informação social ao órgão deliberativo aquando da entrega da proposta para atribuição dos imóveis;

- d) - Existe registo criminal, devendo a situação ser analisada de acordo com a alínea d) do número 1 do Art.º 2º - propõe-se a admissão dos candidatos, desde que os factos ilícitos reportados sejam puníveis com pena de prisão inferior a cinco anos, e a situação já esteja regularizada perante o sistema penal com o respetivo cumprimento da pena, ou no caso de suspensão da mesma, se essa for a medida aplicada;
- e) - Não foi possível aferir se o requerente ou algum dos elementos do seu agregado familiar está a usufruir de apoios financeiros públicos para fins habitacionais, situação elencada na alínea f) do número 1 do Art.º 2º - propõe-se a admissão dos candidatos, considerando que os apoios financeiros que possam auferir, nomeadamente os previstos no Decreto-Lei n.º 20-B/2023 de 22 de março ou do Regulamento Cuba + Social, são de carácter temporário e extraordinário;
- f) - Não foi apresentada toda a documentação necessária para a correta instrução e análise do requerimento, considerando o previsto no Art.º 2.º e 7.º do Regulamento para Atribuição de Habitação Social em vigor neste Município – propõe-se a admissão dos candidatos, desde que os mesmos apresentem a documentação solicitada, dentro do prazo de dez dias úteis, de acordo com o previsto no Art.º 9º do Regulamento para Atribuição de Habitação Social.

3.º - Determinar que o SASS proceda à notificação, em carta registada com aviso de receção, de todos os candidatos insertos na tabela 4, do resultado da presente deliberação, para que possam sanar as irregularidades mencionadas expressamente para cada situação, no prazo de dez dias úteis contados a partir do 3º dia útil posterior ao registo, de acordo com o previsto na alínea a), n.º 1 do Art.º 112º e do n.º 1 dos Art.º 113º do CPA. -----

4.º - Determinar que o SASS proceda à aplicação da matriz de classificação, de acordo com o previsto no Art.º 11º do Regulamento para Atribuição de Habitação Social aos

requerimentos admitidos pela presente Deliberação, desde que tenham entregado todos os meios de prova solicitados pelo SASS na notificação mencionada no Ponto anterior, dentro do prazo estipulado. -----

5.º - Determinar que com vista à análise da variável *Escalões de Rendimento Per Capita em Função do IAS*, prevista na matriz de classificação seja considerado: -----

5.1 - O valor do IAS para 2023, nomeadamente: € 480,43. -----

5.2 - Que o Cálculo do Rendimento Mensal Corrigido seja efetuado de acordo com o previsto na alínea g) do Artigo 3º da Lei 32/2016 de 24 de agosto, que determina a primeira alteração à Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, que «estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio, e os Decretos-Leis números 608/73, de 14 de novembro, e 166/93, de 7 de maio».

**15. ANTÓNIO DUARTE ILDEFONSO BARRADINHAS. PROCESSO N.º 14/2022. REABILITAÇÃO DE HABITAÇÃO. RUA AUGUSTA, 73, EM CUBA. -----**

Vem o requerente, solicitar a aprovação do licenciamento da obra em título. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica do Arq.º Helder Caseiro, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente que, face à urgência invocada pelo requerente para cumprimento de compromissos assumidos com a instituição bancária aprovou o licenciamento, fixando em 18 meses o prazo para execução dos trabalhos, conforme calendarização apresentada. -----

**16. AMÊNDOAS – HERDADE DA PALHETA II. PROCESSO N.º 17/2023. CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM E APOIO AGRÍCOLA, EM CUBA.**

Vem a requerente, solicitar a aprovação do licenciamento da obra em título. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica do Arq.º Helder Caseiro, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento, fixando em 12 meses o prazo para execução dos trabalhos, conforme calendarização apresentada. -----



-----  
**17. ALTERAÇÃO Nº 12/2023 AO ORÇAMENTO E GOP'S DE 2023.** -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 11/2023, SF, da autoria da Chefe de Divisão Dr.ª Carmen Estrela, cujo conteúdo se transcreve: -----

“Enquadramento Legal: -----

A modificação ao orçamento e às GOP'S, enquadra-se no enumerado no Dec.- Lei nº 192/2015, “ As alterações orçamentais constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial”. -----

Na alteração n.º12 ao orçamento da despesa, a modificação ocorreu para fazer face a reforços relacionados com: géneros para confeccionar, material de escritório, material de transporte – peças, material de educação, cultura e recreio, locação de outros bens, seguros, outros trabalhos especializados, serviços diversos, juros de curto prazo e médio longo prazo e outros juros. -----

A nível das despesas com o pessoal, foram efetuados alguns ajustamentos – ADSE (Ro's). A nível da receita a modificação ocorreu em virtude da necessidade de reforçar as classificações cuja liquidação se encontra superior à dotação. -----

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificações (reforços) nos seguintes projetos:


02 211 2022/5003, ação 1-subações 6,7,10,13 e ação 2-subação 1- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projeto; -----

04 420 2004/5002 ação 1-O reforço ocorreu para fazer a aumento de capital AGDA, ano de 2023. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: “*Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade*”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

-----  
**PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.** -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

  
"Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior". -----

Não se registaram intervenções. -----  
-----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 10,50 horas. -----

E eu, José Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,